

# Vidigal: bancos já dão por perdida <sup>externa</sup> dívida brasileira

CECILIA PLESE  
Correspondente

**São Paulo** — Apesar de não confirmada por nenhuma das fontes credenciadas do círculo financeiro de São Paulo, ligadas às instituições credoras do País, a informação de que os bancos europeus já contabilizaram ou estariam dispostos a contabilizar sua parcela correspondente da dívida externa brasileira como prejuízo — perdas em definitivo — foi discutida com toda a seriedade durante os trabalhos da reunião de ontem do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias.

A notícia, divulgada pelo presidente da entidade, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, em entrevista coletiva concedida ao final da tarde, causou espanto entre os próprios jornalistas presentes, segundo os quais deveria estar havendo um mal-entendido, pois, além da legislação bancária européia, diferente da americana, não obrigar os bancos a proceder dessa forma, o assunto jamais foi ventilado anteriormente em nenhuma outra área.

Diante do ceticismo com que o dado foi recebido, Luis Eulálio insistiu e sugeriu que a imprensa fizesse sua própria checagem sobre o assunto. Assegurou também que, a ser verdadeira, a informação se constituiria num grande reforço ao processo de renegociação da dívida brasileira. "Um trunfo tremendo", foi como ele a classificou, que obrigará a um posicionamento efetivo dos demais credores quanto à questão. Ele acrescentou que já existe, por parte da comunidade financeira internacional, a disposição de aceitar a ideia de que a capitalização dos juros da dívida brasileira é um fato inevitável, coisa que há dois meses não era admitida em hipótese alguma. Segundo Luiz Eulálio, os membros do Conselho Superior de Economia da Fiesp manifestaram-se unanimemente favoráveis à "renegociação-já".

A proposta do Conselho, em termos de renegociação, é a de que é preciso estabelecer um limite sobre os níveis de pagamento, que evitasse transferências reais de renda do País para o exterior. Trata-se de uma tese próxima à do economista Paulo Lira, mas é, segundo a Fiesp, um pouco mais sofisticada, pois prevê que o limite de pagamento de juros seria fixado

pelo saldo líquido da balança comercial (superávit menos serviços). O que ultrapassasse esse montante (cuja estimativa, para 84, considerando-se as atuais taxas de juros, está em torno de sete bilhões de dólares), seria contabilizado na forma como os credores achassem melhor.

Para Luiz Eulálio, o atual governo tem todas as condições de estabelecer novos parâmetros de renegociação com resultados favoráveis para o País, apesar de já se encontrar em fim de mandato. Ele tem certeza de que, dentro do próprio governo, também há consenso quanto à necessidade do assunto ser resolvido imediatamente.

O empresário manifestou novamente sua preocupação quanto às possibilidades de reabertura das importações — que pode comprometer não só o esforço de substituição de importações realizado pela indústria, como também, na opinião do Conselho Superior de Economia, os níveis de reserva cambial do País. Ele voltou a reiterar que a pequena recuperação registrada pelo setor é devida somente ao sucesso das exportações, que atualmente já representam 20 por cento do PIB industrial brasileiro — um índice bastante alto, disse, pois o do Japão é da ordem de 30 por cento. Essa reativação ainda não atingiu o comércio e a agricultura, com exceção de produtos como soja, laranja e café, e, para que ela ocorra, é preciso que se promova um aumento dos níveis de emprego, se adote nova tabela de desconto do imposto de renda na fonte e se proceda a maior abertura na política salarial, o que ele, aliás, entende deva acontecer já em 85.

Ele recordou que a taxa de inflação de maio (8,9 por cento), conforme já antecipa para no início da semana, acompanhou a de abril, mas disse não acreditar que, em junho, o peso da atividade industrial, na composição da inflação venha a repetir o comportamento de maio. Até agora a indústria não havia colaborado para aumentar a inflação, assinalou, "porque vinha a reboque do resto da economia. Em maio, houve um problema localizado, fruto, entre outras coisas, do repasse do dissídio dos metalúrgicos, do aumento do salário mínimo e das chapas de aço, que tiveram uma alta de 30 por cento, com reflexos diretos sobre os preços dos produtos industriais".